

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 21 de junho de 2023 - Ata n.º 56.

Aos vinte e um dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, às nove horas e trinta minutos, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelas Sr.ªs Deputados **Márcia Huçulak** (na função de 1.º Secretário) e **Maria Victória** (2.ª Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **56.ª Sessão Ordinária da 1.ª Sessão Legislativa da 20.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta quarta-feira. Solicito à Deputada Maria Victoria, 2.ª Secretária da Casa, que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR.ª 2.ª SECRETÁRIA (Deputada Maria Victoria – PP): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da 55.ª Sessão Ordinária, do dia 20 de junho de 2023.) É o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada**. (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.ªs Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto à Deputada Márcia se há Expediente a ser lido.

SR.^a 1.^a SECRETÁRIA (Deputada Márcia Huçulak – PSD): Pois não. Bom dia, Sr. Presidente. Temos expediente.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 501/2023** do Tribunal Regional eleitoral do Paraná, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Anibelli Neto; **Ofício n.º 1499/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística a Requerimento do Deputado Tercilio Turini; **Ofício n.º 1500/2023** da Casa Civil, encaminhando respostas da Secretaria de Estado da Saúde a Requerimento dos Deputados Batatinha, Gugu Bueno e Márcio Pacheco; **Ofício n.º 1501/2023 e 1502/2023** da Casa Civil, encaminhando respostas da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Secretaria de Estado da Educação a Requerimentos do Deputado Batatinha; **Ofício n.º 1506/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação a Requerimento da Deputada Marli Paulino; **Ofício n.º 1509/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação a Requerimento dos Deputados Professor Lemos, Dr. Antenor, Requião Filho, Ana Júlia, Goura, Luciana Rafagnin, Arilson Chiorato e Renato Freitas; **Ofício n.º 1515/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação a Requerimento do Deputado Cobra Repórter; **Ofício n.º 1518/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística a requerimento do Deputado Do Carmo; **Ofício n.º 1640/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística a requerimento dos Deputados Arilson Chiorato, Luciana Rafagnin, Gilberto Ribeiro, Dr. Antenor, Goura, Renato Freitas, Requião Filho e Ana Júlia; e **Processo nº 161469/2023** do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encaminhando resposta a Requerimento dos Deputados Delegado Jacovós e Do Carmo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vamos ao horário do Pequeno Expediente. Mas, antes disso, registro a presença dos alunos do 5.º ano do ensino fundamental da Escola Municipal Professora Elvira de França Buschmann, de Araucária, acompanhados pelas estagiárias de Pedagogia, Evelyn Dambroski e Ana Paula Moreno, e pelo Professor Osmar Staron. Sejam bem-vindos aqui à Assembleia. (Aplausos.) Primeiro orador inscrito, Deputado Renato Freitas.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Bom dia, Deputados, Deputadas, servidores públicos desta Casa, população paranaense que nos assiste e em especial as crianças, que nos inspiram, alimentam o nosso espírito com a sua autenticidade, com a sua verdade, com a sua espontaneidade. Vocês são exatamente aquilo que vocês são e não se envergonham disso, pelo contrário, brilham. Vocês são a luz do mundo, o sal da terra. Vocês são aquilo que aquece os corações e mantem os sonhos vivos. Para vocês eu queria fazer esta fala hoje sobre o valor da verdade. A verdade nem sempre gera sorrisos, a verdade nem sempre agrada, a verdade raramente é uma piada. A verdade incomoda. Quanto mais à verdade incomodar, mais necessária ela é. É preciso dizer a verdade, como um ato de amor, mesmo que ela às vezes entristeça quem ouve, mas depois melhora. Aqui nesta Casa de Leis que vocês vieram visitar, infelizmente, a verdade não é a regra, a verdade não é condenada, ou melhor, a mentira não é condenada. Ontem um Deputado Estadual veio aqui e mentiu descaradamente, *fake news*. Ele está acostumado, ele mente todos os dias nesta Casa. A consequência da mentira, como vimos na pandemia do Coronavírus, é a morte. A mentira gera a morte, a verdade gera a vida. O nosso Presidente da Assembleia, infelizmente, não teve sensibilidade em distinguir o valor da mentira e o valor da verdade. Portanto, quando eu disse que aquele que mentia era mentiroso, algo óbvio, que vocês devem ter aprendido nos primeiros anos de idade, que quem mente é mentiroso e mentir é feio. É uma lição para as crianças, mas é sobretudo uma lição para os adultos. Porque os adultos se acostumaram com a mentira e tentam convencer as crianças a naturalizá-la, a conviver com ela. Portanto, aquele que mentiu não foi repreendido, Dylliardi. Quem mentiu não foi repreendido; e

quem acusou a mentira, denunciou a mentira, eu, no caso, fui repreendido. Mas afirmo aqui para todos que não tenho medo dos coronéis do poder, aqueles que tentam fazer com que o círculo seja um quadrado, pela força de suas canetas, pela força da tradição. A mentira destrói, apequena este Parlamento. A mentira na política gera desigualdade social, gera conflito, gera morte. A mentira dentro das igrejas reinou ultimamente e fez com que o perdão, algo tão valioso para a religião cristã, se tornasse vingança na frase: *Bandido bom é bandido morto. Mata, atira, depois pergunta*. A mentira dentro da religião fez com que os elementos e os símbolos de paz, a qual pregava Jesus Cristo, dessem vez às armas. Quantas pessoas não entraram em igrejas fazendo símbolo de armas, armas que retiram a vida das pessoas e das crianças, inclusive nas escolas! E os adoradores da morte, os serviçais do mal, os defensores das armas... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Um minuto para concluir.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Os defensores das armas dizem e disseram ontem aqui, mentindo mais uma vez: *Armas que matam são apenas as armas frias, aquelas que estão raspadas*. Entretanto o Sigma, o Sistema de Gerenciamento de Armas do Exército, disse no seu relatório que todos os dias no Brasil ao menos três armas são furtadas, roubadas ou extraviadas dos CACs, daqueles que possuem as armas *quentes*, mas que as armas *quentes* viram armas *frias*. Os boletins de ocorrências mostram isso. E ontem uma arma *quente* retirou a vida de duas pessoas ali em Araucária, na cidade de vocês, um policial militar matou a sua ex-mulher e o advogado dela, por motivo fortuito. A polícia... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Seu tempo encerrou, Deputado. Próximo orador, Deputado Nelson Justus. Um segundo para terminar.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): A política das armas é a política da mentira, é a política da morte. Nós queremos para vocês, crianças, a política da escola, dos livros, do bem viver. (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Nelson Justus, próximo orador.

DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO): Senhor Presidente e Sr.^s Deputados, vou procurar usar esta tribuna para um tema mais leve, Deputado Tito, porque me recordo, talvez não seja do tempo de vocês, quando tinha um jornal, a Tribuna do Paraná, que você exprimia de manhã e saía sangue, de tanta notícia criminosa. Isso não nos faz bem de manhã cedo! Mas, o que quero falar hoje é primeiro agradecer à Mesa Executiva, que me outorgou a possibilidade de representar esta Casa no encontro da cultura em Foz do Iguaçu, promovido pela nossa Secretária da Cultura, a Juliana Casagrande Pereira, onde representantes do Ministério da Cultura, representantes da Ministra da Cultura, enfim, do Tribunal de Contas da União, do Tribunal de Contas do Estado, 288 municípios representados nesse encontro para falar exatamente de algo importantíssimo que tenho que render as homenagens ao Governo Federal e ao Governo Estadual pelo investimento, pela aplicação da Lei Paulo Gustavo. É algo que nós, Deputados, temos o dever de orientar principalmente os municípios que representamos e que muitas vezes não têm condições de infraestrutura, de saber de como se faz, com receio do Ministério Público, do Tribunal de Contas e do Tribunal de Contas da União se o projeto está certo, se utilizei os recursos de maneira correta e assim por diante. Nós sabemos, e pela experiência que tenho aqui, quando se precisa de alguma coisa, de algum recurso, de algum patrocínio, imediatamente se pensa na Copel, na Sanepar ou no Governo. E isso dificulta. Essas leis, a Lei Paulo Gustavo, a Lei Aldir Blanc, a própria Lei Rouanet, mas principalmente essa Lei Paulo Gustavo, vale a pena, Deputada Cloara, V.Ex.^a que é da Comissão da Cultura, de igual maneira o nosso Deputado Renato, vale a pena uma visita à Secretaria da Cultura para que tenhamos o cardápio dos municípios que nós podemos atender, das pessoas, dos órgãos que podemos atender e de que maneira facilitar a vida para o acesso a esse recurso que não é pequeno. O Governo Federal investe pesado na cultura e não podemos ficar assistindo e vendo o País inteiro se valendo de uma lei extraordinária e nós não sabemos. A estrutura da Secretaria da Cultura, tão bem dirigida pela Juliana, deu um verdadeiro show, mostrando como fazer,

orientando Secretário por Secretário, Prefeito por Prefeito, Vereadores, Lideranças, para que possamos utilizar algo que não tínhamos. Então, faço aqui este registro com muita alegria, porque podemos resgatar muitas vezes a cultura das nossas cidades, pequenas cidades, com suas festas tradicionais, mostrando através de vídeos como propagar a sua cidade, como colocar a sua cidade na prateleira, enfim. Então, faço este... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Nelson, um minuto para concluir.

DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO): ... para justificar a minha presença nesse evento e, Sr. Presidente, dizer que foi um privilégio estar nesse encontro e gostaria que a nossa Comissão, Deputada, pudesse se valer disso para orientar os nossos Prefeitos, as nossas cidades e aquelas pessoas que nos procuram.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Nelson.

DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO): Pois não.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vossa Excelência pode também, se quiser, usar o horário da Liderança. Está em aberto.

DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO): Estou satisfeito, Deputado. Agradeço a fidalguia, mas estou satisfeito e acho que outros Deputados podem fazer uso da palavra. Muito obrigado. Tenham todos um bom dia.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Delegado Tito Barichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELO (UNIÃO): Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; Ex.^{mo} Líder do Governo; e Ex.^{mo} Líder da Oposição. Não iria utilizar da palavra hoje, no entanto irei fazê-lo em virtude das inverdades, das mentiras, das falácias, Sr. Presidente, e da deselegância materializada nessa tribuna pelo Deputado Renato Freitas

quando afirma que armas são um problema, que o desarmamentismo é a solução para a paz. Senhor Renato Freitas, a matemática é uma ciência exata, pelo menos no meu compreender, e o senhor como Mestre em Direito há de concordar comigo. Vamos aos números, Sr. Renato Freitas. Ainda sob égide do Governo do PT, em 2018, tínhamos 59 mil armas no Brasil, mais especificamente, Sr. Renato Freitas, o senhor que está de costas agora de forma deselegante, porque o senhor fala e depois o senhor não quer ouvir. Até vou lhe entregar de presente depois um broche armamentista, para o senhor rever seus pontos de vista. Tínhamos 59 mil 439 armas no Brasil. Felizmente, atualmente, 2022, temos 431 mil 131 armas. No entanto, no então Governo do PT, em 2018, tínhamos 57 mil mortes, 57 mil 358 mortes; e hoje temos, Sr. Presidente, 30 mil mortes. Ou seja, 29 mil pessoas deixaram de morrer, e aumentou mais de 400% o número de armas. Como Delegado da Homicídios, Sr. Renato Freitas, nos últimos quatro anos, não apreendi nenhuma arma legal que foi utilizada em um homicídio. O que significa isso? Significa que as mortes são materializadas, Sr. Presidente, são concretizadas por armas *frias*. Armas *frias* que os criminosos, que o senhor defende nessa tribuna, utilizam. Então, é o seu público, as pessoas que o senhor defende que matam. As pessoas que eu defendo, Sr. Presidente, agem de acordo com a lei, porque CAC age de acordo com a lei, caçador, atirador e colecionador. Sem hipocrisia! Policial age de acordo com a lei e garante a sua segurança; agora os bandidos, os criminosos, que usam armas frias, que o senhor defende, esses sim têm que ir para a cadeia e acabar com esse garantismo, Sr. Presidente, exacerbado que toma conta do País. O Brasil hoje é um bom País para se praticar crimes, Sr. Deputado Arruda. Sabe por quê? Porque não tem consequências. O Supremo Tribunal Federal, sob a égide do garantismo, e o senhor é Mestre em Direito e sabe que isso não é garantismo, porque o garantismo é a teoria de Luigi Ferrajoli na obra *Direito e Razão, Diritto e Ragione*, e não está escrito isso.

Deputado Renato Freitas (PT): Um aparte.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): Não leram o livro de Luigi Ferrajoli. Estão interpretando de forma errônea e causando um dano a toda a

sociedade, buscando a impunidade para proteger interesses escusos! Não usem Luigi Ferrajoli, não usem o garantismo para garantir a impunidade no Brasil. Então, Sr. Presidente,...

Deputado Renato Freitas (PT): Um aparte, senhor.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELO (UNIÃO): ... chega de mentiras e chega de falácias...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado, no Pequeno Expediente, V.Ex.^a deve conhecer o Regimento Interno, não cabe aparte.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Nós tínhamos um acordo de cavalheiros.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELO (UNIÃO): O senhor deveria ler o Regimento Interno, Sr. Renato Freitas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vossa Excelência tem que ler o Regimento. Não cabe aparte.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELO (UNIÃO): O senhor deveria ler o Regimento, Sr. Renato Freitas. No seu tempo de folga, o senhor leia o Regimento, que é a sua função como Deputado Estadual. Então, Sr. Presidente, parablenho o senhor pelo seu trabalho, pela forma com que o senhor conduz esta Assembleia Legislativa, de uma forma honrada, de uma forma extremamente correta. E desdigo as falácias, as mentiras e as inverdades trazidas aqui pelo Sr. Renato Freitas, materializando a impunidade, buscando que o cidadão de bem seja desarmado, criticando o armamentismo, quando na realidade, Sr. Renato Freitas, o grande problema são os seus amigos, seus conhecidos, aqueles que o senhor defende nessa tribuna, que nós todos conhecemos muito bem. Obrigado, Sr. Presidente. E parabéns pelo seu trabalho.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, prezadas e prezados Deputadas e Deputados e a todos que nos acompanham aqui nesta Casa. Bem, serei breve hoje, apenas dizer que ontem, na minha fala, quando falei a respeito do arroz produzido pelo MST, reproduzi aqui a fala do Vereador de Porto Alegre, o Sr. Ramiro Rosário. O Deputado Requião me apresentou aí o que saiu na mídia, desmentindo que esse arroz realmente tinha agrotóxico. Agradeço a informação. E aí entrei em contato com o Vereador Ramiro Rosário e ele mandou uma mensagem assim para mim: *A Universidade Federal de Santa Maria recuou e foi contra o próprio laudo, sofreram uma pressão violenta. Nós enviamos para dois novos laboratórios em São Paulo; os laudos devem ficar prontos nos próximos dias. Ainda estou nessa luta. Fizemos também uma longa entrevista com uma assentada que denuncia todo o esquema, mas ainda não foi divulgada.* Então, como prezo pela verdade toda vez que venho nesta tribuna e apresento fatos e fontes fidedignas, não as fontes do PT, que não têm nenhuma verdade, se o laudo der negativo, terei a hombridade de vir aqui e falar: *Olha, erreí, equivoquei-me.* Acho que temos que ter a decência e a hombridade de manter a verdade no parlamento. A população nos acompanha e quer ouvir a verdade. Então, quando um Deputado diz que falo várias mentiras, ele poderia relatar as mentiras para eu poder confrontar com as verdades. Vamos aguardar o laudo! E se for negativo, realmente vou ficar surpreso. Será a primeira verdade que ouvi da esquerda. A esquerda não trabalha com nenhuma verdade! O líder máximo deles bate palmas para a mentira e se vangloria em dizer que viajava o mundo inventando números. Eles adoram, Presidente, mentir. Cada ser humano é de um jeito! Quando Jesus Cristo esteve neste mundo aqui em carne e osso, ele falou naquela época: *O mundo jaz no maligno.* Então, infelizmente, o mundo prefere seguir o diabo do que Deus. O diabo usa a palavra nas Bíblias, como alguns Deputados aqui que não devem ter nenhuma religião e usam a Bíblia distorcendo a palavra de Deus, agredindo as igrejas, que prestam um trabalho essencial para a sociedade. Se não fossem as igrejas, imaginem como estaria o mundo! São milhares e milhares de pessoas resgatadas dos vícios, das drogas, da prostituição, da criminalidade. Mas, tem Deputado que continua aqui batendo palmas e ajoelhando para bandido,

levantando o emblema: *Defendo o marginal; o marginal é um coitadinho que não teve oportunidades*. Não. Todos têm oportunidade neste mundo. Todos! Os que vão para o lado errado não merecem o nosso respeito. Nenhum. Porque são covardes, são criminosos que preferem a vida fácil. E reafirmo, em um confronto com a polícia, que caia o bandido e que chore a mãe do bandido, não a mãe do policial, que merece todo o nosso respeito e apoio. As armas existem para pôr em equilíbrio à sociedade, para defender a sociedade. Imaginem se não tivesse armas! Como a polícia iria enfrentar os marginais, o narcotráfico, que tem muito mais armas, que o Flávio Dino diz que não é problema dele? E eles têm armas à vontade, metralhadora, fuzil, bazuca, têm tudo! Isso o Deputado que defende os criminosos não fala nada, ele se cala, porque ele deve achar bonito ver os traficantes desfilando, dando tiros para o alto. *Ah, que bonito, os menos favorecidos bem armados para roubar a sociedade, para traficar, para estrupar!* É esse tipo de gente que tem Deputado, lamentavelmente, pela primeira vez nesta Casa, Presidente, estou no terceiro mandato, acho que é a primeira vez que esta Casa tem um representante que defende a marginalidade e é contra o cidadão de bem, é contra a igreja, é contra a verdade. E usa palavras para distorcer, fala que a mentira mata e só fala mentiras. Ele está no partido que mais mentiras fala e diz que a mentira mata. Então, vocês que acompanham esta Casa, quando aquele Parlamentar falar, lembrem, é um teatro, é algo... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Arruda, um minuto para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Vou concluir, Presidente. Vamos continuar aqui nós conservadores falar a verdade. A verdade de verdade, não a verdade de mentira! Recebi um convite aqui do Deputado Antenor da Marcha do LGBT. Não vou nessa marcha. Não tenho nada contra, mas fiz um Projeto de Lei que está protocolado e vamos proibir que crianças e jovens participem dessa marcha. Se fosse apenas uma marcha, tudo bem! Mas não é, eles vão lá e se agarram, bebem, ofendem as religiões, ficam fazendo atos obscenos. Não é um bom exemplo para nenhuma criança, nenhum jovem. Então, quem vai participar,

sejam felizes, não tenha nada contra vocês, mas respeitem os outros, respeitem a igreja, respeitem a palavra de Deus. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa do Vereador de Cascavel, Edson Souza, por solicitação do Deputado Gugu Bueno. No Grande Expediente, Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, tornou-se pública no Palácio Iguaçu uma *playlist* e essa *playlist* revela músicas em homenagem à Copel. A primeira delas é do Enrique Iglesias, chamada *Mentiroso*; a segunda é *No More Lies*, do Iron Maiden; a terceira é *Mentira*, de Felipe Araújo; a quarta é *Pega na Mentira*, de Erasmo Carlos; a última é *Para que Mentir*, de Noel Rosa. É isso que a Copel tem feito com o povo do Paraná e com todos os 54 deputados nesta Casa. E hoje, para parar de vez com essa discussão, para ser acusado de falar de Salada Mista, trouxe documentos confidenciais, vou deixar público, vou entregar uma cópia para cada Deputado e agora vamos saber a verdade da Copel. Chega de blá-blá-blá! A verdade é uma só, as denúncias são graves e existem comprovações. A primeira delas quero corrigir a Copel, que informou para o Líder do Governo que o *Estadão* fez uma retratação sobre a matéria publicada. É mentira! O *Estadão* não fez retratação. A segunda coisa é que fui acusado aqui de não ter provas das minhas falas. A Copel colocou e eu trouxe aqui provas. Primeiro, está aqui dentro desta pastinha, os contratos, R\$ 28 milhões sem licitação. Conforme o Diário Oficial do dia 17/2, com cópia aqui. Segundo, a cópia da contratação do escritório do filho da Conselheira de Administração por R\$ 4,1 milhões, no Diário Oficial do dia 18/4. A contratação, no dia 17/2, de R\$ 10 milhões, sem licitação, do Banco BTG Pactual. E, pasmem, o Banco BTG agora aparece como credor da Copel! Foi contratado para avaliar as ações e agora aparece aí, circula por aí como credor, provável credor da Copel. Uma farra! Mas quero falar aqui de uma coisa que está em segredo de Justiça, uma decisão que foi noticiada pelo *Estadão* no dia 14 da semana passada. É fato para todo mundo que o *Estadão* vem acompanhando esta história. No dia 17 de janeiro de 2017, o *Estadão* publicou uma matéria dizendo que a Copel foi acusada de não cumprir

um contrato e que o valor superava R\$ 2 bilhões; no dia 14, fez um título: *Copel tenta anular sentença arbitral que impôs dívida de 3,2 bilhões*. E aqui o Líder do Governo, orientado pela Copel, colocou que não existia sentença. E tive acesso a um documento exclusivo da Copel, que vai ficar público agora, vão parar de historinha, em que a Copel produz prova contra ela mesma - ela contratou um escritório para avaliar o grau de risco das ações, das dívidas, produzido pelo escritório contratado por R\$ 7 milhões, sem licitação, para defender a Copel da dívida da arbitragem. E esse da Stocche Forbes nos traz o seguinte entendimento... No dia 20 de março de 2023 contratou o escritório para fazer a avaliação da probabilidade da perda e contingenciamento referente ao Procedimento Arbitral 59/2015, da Câmara de Conciliação de Arbitragem da Câmara Brasil-Canadá, movida em desfavor da Copel. No relatório, no relatório, no relatório acusa aqui na segunda página, Deputado Hussein, Deputado Gugu, que já foram proferidas duas sentenças contra a Copel. Este é o relatório do escritório contratado pela Copel que está dizendo, não é o Arilson! Que já foram proferidas duas sentenças, uma em 2018 e a outra aqui em 2022. Deputado Romanelli, na de 2022, diz o relatório que *a decisão que reconheceu a resolução do Termo de Compromisso ocorreu por culpa da Copel, motivo pelo qual ela teria que indenizar os requerentes por perdas e danos com valor a ser apurado na fase de liquidação*. E, pasmem, o pior está por vir! O Relatório do escritório de advocacia contratado pela Copel fala: *Não nos parece, inicialmente, por exemplo, que os Itens 1 e 2 devem ser classificados como remotos e sim como prováveis*. Então, o valor provisionado pela Copel é mentira. É mentira! É esse o termo. E espero a Copel... Vão me interpelar judicialmente? Vocês não vão me interpelar mais, porque quem vai processar vocês agora sou eu! Vocês mentiram aqui. Mentirosos! E ainda ele fala que a Copel foi condenada a indenizar e o Relatório Interno da Copel continua dizendo que não deveria fazer dessa forma a indenização, ou seja, que há a possibilidade de a dívida ser aumentada. O documento era confidencial, agora ficará público e ainda temos a possibilidade, se acaso a Justiça autorizar, nós pedimos, não é, Deputado Maurício, a quebra do sigilo, do segredo de Justiça do processo como um todo. Mas este daqui é a

Copel produzindo prova contra ela mesma, totalmente diferente da nota que ela soltou contra o *Estadão*. Por que Copel mente? Essa é a pergunta que temos que fazer. Por que a Copel não conta para todo mundo o que está acontecendo? Venha a público e coloque às claras. E aqui, para finalizar, no ano de 2003 teve uma CPI. O Relator da CPI era o Governador Ratinho Junior; no seu relatório, ele apontou que eram frouxos os mecanismos de controle da Copel, desde o seu Conselho às empresas que faziam o processo de auditoria. A empresa, uma delas que faz auditoria hoje é a PwC, que é a empresa do caso americana. E ainda no relatório do Governador, ele colocava o seguinte. Olhem só. Item 11.2: *A privatização da Copel deveria passar por um plebiscito obrigatório, a ser garantido por uma emenda constitucional*. Governador Ratinho Junior, assino embaixo a posição de V.Ex.^a, vamos fazer o plebiscito que o senhor fez no Relatório e vamos desmascarar o que está acontecendo na Copel. Peço a assinatura de cada um. Vou dar o documento, são vários documentos; vocês levem para casa esse final de semana, analisem, achem e assinem a CPI, e vamos passar a *Copel gate*, a *Copel gate* a limpo e acabar com essa patifaria de enganar os Deputados, de enganar o povo do Paraná, de dizer que as coisas não estão acontecendo, enquanto a Copel está condenada na Justiça do Paraná, pelo jeito. E parar de caçar a imprensa, não é, gente! Está ridículo o papel! *Vamos matar o carteiro porque o conteúdo da carta era ruim*. Faz mal para nós! Para com isso, Copel. Vem aqui... Aliás, tenho aqui também cópia, estou pedindo isto desde março do ano passado..., deste ano. Tenho sete expedientes enviados para a Copel, nenhum respondido. Não queria chegar a ter que fazer o que estou fazendo aqui hoje, tornar público coisa confidencial. Mas, já que vocês não respondem, já que vocês se escondem, que vocês não têm coragem, vamos fazer aqui uma CPI, vamos convidar o Presidente da Copel para vir contar a história para os Deputados, trazer a limpo as coisas. Vai ficar até quando enxugando gelo? Contrataram um escritório para fazer blá-blá-blá jurídico e dizer que a dívida não era aquilo e, ao invés de declarar o que tinha que ser declarado nos demonstrativos financeiros, declararam um parecer. Aí contrata um outro escritório e alguém fala: *Olha, reavalia aí. Esses itens colocados como remotos são*

prováveis. Prova da Copel contra a Copel. Prova, na verdade, que a mentira tem perna curta. A Copel é nossa. CPI Já!

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício – CDN): Próximo orador, com a palavra o Deputado Doutor Antenor.

DEPUTADO DOUTOR ANTENOR (PT): Bom dia a todas e a todos. Início fazendo um agradecimento especial ao Secretário Sandro Alex pela recepção na noite de ontem do nosso pessoal que veio da nossa região reivindicar o asfaltamento da PR-364. Uma luta muito duradoura, muito antiga, mais de 40 anos que essa população reivindica e é necessária a integração dessa região. Trouxemos ontem o pleito, Prefeitos, Vereadores e lideranças, trouxemos mais uma vez este pleito, tivemos essa acolhida e continuaremos marchando, lutando, buscando, reivindicando aquilo que é o direito de uma região que integra o Estado do Paraná e, portanto, não deve ser apenas uma rota final, o que tem trazido muito sofrimento, visto que o IDH é um dos piores do Paraná. Durante a semana toda, houve uma consternação, houve uma dor que se tornou pungente aqui e, de forma repetícia, vários Deputados, como é comum quando estamos abalados, quando estamos sofrendo, posicionaram-se com relação à morte dessas crianças, jovens em mais um atentado ocorrido no Brasil. E é via de regra que naquele momento tentemos achar saídas, às vezes não as mais racionais, porque o calor do momento faz com que assim respondamos. O ser humano tem muito dessa coisa do arco reflexo, do querer soluções e apontar o dedo para os culpados ou o culpado, um único culpado. Tenho uma vivência de parlamento e uma vivência de movimento social que já tem 35 anos e isso me levou a construir três planos de Governo para disputar a Prefeitura de Guarapuava. Não ganhei porque o Artagão não quis me apoiar nunca! Acho que me apoiou uma vez lá, não é, Artagão! Mas, assim, em duas oportunidades, no nosso plano de Governo, está aqui uma das moças que até nos ajudou a coordenar, está na assessoria, colocávamos a participação efetiva da comunidade com relação à própria escola. E o Professor Lemos foi um dos que apontou um caminho muito legal, assim como o Deputado Requião e outros Deputados, o Ney Leprevost, tantos apresentaram sugestões,

mas lembrava aqui do que o Deputado Lemos falou, de se investir na estrutura de escola, para os inspetores, essa coisa que era antiga mas que tinha um bom resultado. A questão dos psicopedagogos, que o Deputado Requião aqui levantou, também é importantíssimo. Quando criamos a proposta em Guarapuava da interação da escola, com uma profundidade muito grande, deixei claro no plano de Governo à época que era necessário que a escola fosse da comunidade, especialmente nos finais de semana. E havia uma grita dos profissionais da educação que achavam que iríamos lá, a comunidade ocuparia a escola e, quando ela saísse no domingo, deixaria todo sujo. Não, a comunidade participaria, teríamos o trabalho de música, teatro e dança, com convênios com a universidade, com a Unicentro, para a integração dos jovens; ao mesmo tempo, o treinamento em Guarapuava de cada professor e professora, também dos diversos profissionais liberais, das diversas áreas, das diversas empresas privadas também, um treinamento com relação à identificação daquele que está fora da curva. Como hoje as turmas são gigantescas, na sala de aula é quase impossível. Tive uma vivência profissional de estagiário no Hospital São Julian, um hospital de psiquiatria, e aprendemos a ter uma abordagem, um olhar também àquele que está em um estado depressivo ou em uma depressão. E é fundamental que o profissional no seu cotidiano possa identificar. Muitas vezes a bomba está ali, por exemplo, para explodir. A questão do *bullying*, que foi muito bem trabalhada, a questão do armamento, que temos que discutir. Não podemos discutir o armamento em um viés exclusivamente ideológico, quem é contra e quem é a favor, eu te odeio e quero te matar. Não! É provado que quem mais mata não é a Polícia Militar, não é bandido, quem mais mata é cidadão comum, porque tem..., é o contrário do que colocaram aqui, o demônio não está dentro das pessoas, o demônio muitas vezes está em uma garrafa de álcool. Acompanhem as estatísticas e vejam que quantas vezes pessoas comuns, humildes, que têm um bom convívio, têm uma boa profissão, alcoolizadas ou usando qualquer outra drogadição, tornam-se violentos, tornam-se perigosos para os seus. Quem mais comete crime são pessoas comuns, no cotidiano. E aí a arma entra como um facilitador. Quando não, alguém que rouba a arma e daí utiliza de forma ilegal, que

é isso que é trazido aqui para o embate, para o debate, mas que não tem nexos nos resultados, nos números, porque eles são distintos. Então, é preciso uma abordagem diferente, uma sociedade que se enxergue diferente. Ouvi falar aqui que a interpretação da Bíblia hoje é só para os doutos, para aqueles que frequentam esta ou aquela religião! Como que o protestantismo se impôs contra o catolicismo, de onde é a minha origem? Como que o protestantismo se impôs? O que Martinho Lutero pregava? Pregava justamente a livre interpretação da Bíblia, que fugia dos parâmetros da visão do Papado, que fugia do catolicismo. O nosso Deus era ofertado a qualquer pessoa, segundo a visão protestante, que vai dar origem às diversas religiões, às diversas matizes que aqui estão no Brasil e estão representadas às vezes nesta Casa. A livre interpretação. Então, agora precisamos pedir para alguém daqui, para interpretar a Bíblia temos que pedir para o doutor que nunca leu com profundidade a Bíblia, que leu porque alguém o doutrinou, agora vou... não vou interpretar que o nosso Deus, ao contrário do que ouvi aqui: *Na minha igreja quem é a favor do aborto não pode frequentar a igreja, quem é a favor da droga não pode frequentar a igreja*. Pombas, que Deus é esse? Que acolheu a pecadora quando atiravam a pedra e falou assim: *Quem não tiver pecado que atire a primeira pedra*. Quem não tiver pecado que atire a primeira pedra. E olha para o lado de um dos que está com Ele crucificado, que era um ladrão, e fala assim: *Você vai estar antes de mim no Reino do Paraíso*. E muitas vezes falou: *Ladrões e prostitutas vos precederão, doutores da lei, fariseus, os precederão no Reino dos Céus*. Porque só Deus conhece a dor, só Deus conhece o coração daquele que às vezes está fragilizado, daquele que está passando fome. No dia a dia, entrego-me a esse entendimento da luta parlamentar e esta semana não pude nem participar da luta da Estrada do Guairacá, de Guarapuava, da nossa terra, por conta de que estava reunido com as pessoas que lutam por moradia em Curitiba e que são invisíveis na região de Curitiba. Invisíveis! Não têm um canto para se proteger. Mas se lá estão ocupando, tem donos. Deus instruiu donos do planeta, esses que viverão 50, 60, 70, no máximo 100 anos são donos das terras, e a doutrina social da Igreja Católica não serve então? Diz que quando a situação é de extrema miséria, todos os bens se tornam comuns, todos os bens

se tornam de todos. Não somos donos da terra, ela está emprestada. É absurdo que alguém tenha 100 mil, 200 mil, 300 mil ou tenha 500 propriedades em Curitiba e outros morram ao relento e aceitemos e os vejamos apenas e exclusivamente como bandidos que merecem uma sentença final sem julgamento. É duro, é duro ter as convicções que temos! Falo para minha esposa: *Era melhor estarmos vivendo uma vidinha de classe média burguesa e viajando para Europa?* Não, porque a nossa consciência estaria muito dolorida, porque fomos conhecer a realidade e defender os frágeis, que são como todos aqui, que sonham com um lugar ao sol, que sonham com o filho comendo bem, que sonham com o filho na universidade. E aqui distribui, sim, vai ter a 6.^a Marcha da Diversidade em Curitiba. Eles têm o seu direito de se manifestarem, eles têm direito à sua orientação sexual. Problema de cada um. O direito humano é para todo e qualquer ser humano. Ou saíamos matando, então? É isso que querem? Os filhos dos nossos amigos que porventura tenham uma orientação sexual distinta, que o pai e a mãe tiveram que evoluir. Fui o primeiro médico a atender AIDS em Guarapuava, o primeiro, quando o único remédio que tínhamos era o AZT. E tive que me refazer dentro da minha estrutura machista, visitar as casas e ver mães das diversas matizes, das diversas confissões religiosas, que foram criadas às vezes... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício – CDN): Vossa Excelência tem mais um minuto para concluir.

DEPUTADO DOUTOR ANTENOR (PT): ... ensinadas que aquilo era o pecado mais terrível e, no entanto, lá estava uma mãe que abria mão de toda a sua convicção para cuidar do filho. Quantas vezes vi isso! Quantas vezes vi isso. E só tínhamos um remédio, que era pior do que a própria doença. Mas a mãe ali estava. Às vezes o pai machista não conseguia romper, mas a mãe cuidava do filho. Por isso convido também as mulheres deste parlamento que visitemos as ocupações em Curitiba – estava pensando esta semana. Porque vocês são mais sensíveis, vocês são melhores que os homens, são melhores que nós, muito mais, por conta dessa maternidade. Misturo tudo, mas queria colocar essa essência do

entender. As escolas serão melhores quanto mais cuidarmos desses alunos. É uma visão fraterna. Tem a dificuldade, tem os erros. Que dor isso que aconteceu, mas o nosso papel é convergir, é construir um consenso de que as crianças bem cuidadas vão ter um melhor resultado. Fora o *bullying*, fora todo o preconceito... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício – CDN): Obrigado, Deputado Doutor Antenor. Agora, na sequência, vamos ouvir, ainda no horário das Lideranças, o Deputado Artagão Júnior, que vai falar no horário do PSD. Antes, porém, agradecer a presença dos Vereadores Panato e Massuqueto, em nome do Deputado Luiz Fernando Guerra. Deputado Artagão, V.Ex.^a tem a palavra.

DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR (PSD): Senhor Presidente, V.Ex.^a me alegra em participar deste momento, na Sessão conduzida pelo meu amigo, o Parlamentar Deputado Douglas Fabrício, um grande representante do Paraná. Só não joga muito bem o futebol, mas no resto é gente boa! Mas, Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, subi aqui porque ouvi algumas afirmativas, algumas questões e não tenho o costume de entrar em embates ou no debate, porque tradicionalmente procuro fazer o trabalho de forma a resolver as questões. Iria falar e vou falar um pouco sobre a questão da Copel, mas quero pegar uma última fala do Deputado Antenor, quando ele fala do apedrejamento de Maria, uma pecadora, uma prostituta. E de fato Deus, naquele momento, ele fala: *Os seus pecados estão perdoados. Vá e não peques mais.* O perdão do pecado não significa uma procuração para continuar pecando. Esse é o posicionamento de Deus e é assim que as religiões devem funcionar. Mas, quando falamos da Copel, quando falamos de ações judiciais, quando falamos de procedimentos jurídicos, podemos ter interpretações distintas. Lembro-me, nos bancos da minha universidade, onde os meus professores, Deputada Cloara, diziam que o mundo jurídico é apaixonante, porque existe acusação e defesa no mesmo fato, existe o advogado que tem a obrigação de defender e existe o Ministério Público ou representante jurídico que tem que acusar sobre a mesma situação, sobre o mesmo fato, sobre a mesma tese, e cada um tem que inventar a sua sustentação. E já dizia um grande

professor que *um texto fora do contexto vira um pretexto*. Quando você pega uma situação isolada, quando você pega uma informação distorcida, quando você pega uma meia-verdade e tentar apresentar como verdade absoluta, isso significa indução a erro, isso significa tentar manipular a compreensão daqueles que nos escutam, que nos assistem ou que nos acompanham. Quando falamos em um procedimento jurídico, com formação acadêmica na área do Direito, tenho certeza de que..., assim como eu muitos que aqui estão sabem que é muito difícil, desconheço uma demanda onde o requerente não deixe de esticar a corda ao máximo, pedindo aquilo que merece e aquilo que não merece, pedindo aquilo que eventualmente é certo e até um pouco mais, e uma decisão judicial ao final que dê tudo aquilo que foi pedido. Mesmo na derrota, Deputado Gugu, mesmo na derrota a solicitação, o pedido dificilmente ou quase nunca é dado na sua totalidade. E quando falamos da Copel, quando falamos de uma suposta dívida que ainda não tem decisão, uma arbitragem não é decisão definitiva, a Comissão de Arbitragem é um processo de encaminhamento – existe um pedido, existe uma solicitação, existe uma expectativa de direito, mas não existe uma decisão judicial, não existe uma sentença transitada em julgado. E a Copel tem por obrigação, como uma empresa que participa da Bolsa de Valores, de toda e qualquer demanda proposta contra ela, avaliar o grau de risco, e as avaliações são feitas em baixo risco, médio risco e grande risco. Baixo risco é aquela em que a possibilidade de derrota é quase inexistente; médio é aquela equilibrada; e grande risco é aquela onde os fatos são muito pesados contra a companhia, e nesses casos é necessário mensurar qual seria, em caso de derrota, uma possível condenação, qual seria o valor de pagamento, qual seria o valor da dívida, e é assim que a Copel tem procedido. A Comissão de Valores Monetários acompanha esse processo, como não poderia ser diferente; ela avaliou ponto por ponto, item por item e não fez uma observação.

Deputado Gugu Bueno (PSD): Um aparte, Deputado.

DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR (PSD): Concedo um aparte ao Deputado Gugu.

Deputado Gugu Bueno (PSD): Obrigado, Deputado Artagão. Parabéns pelo seu pronunciamento, contundente e responsável. Mas, quero aproveitar este aparte, Deputado, e dizer que de fato, até pela Vice-Liderança que ambos ocupamos, ouvi com muita atenção o pronunciamento do Deputado Arilson. E confesso a V.Ex.^a que, enquanto olhava ele com todo o seu talento daquela tribuna, tive a sincera impressão de que o Deputado Arilson acha que está sob o Governo do PT e não sob o Governo do nosso Governador Ratinho Júnior, que tem uma administração respeitada e reconhecida em todo o Brasil. O Deputado Arilson trouxe algumas músicas ali e, ao ver ele citando algumas músicas, lembrei-me de uma outra, aquela que diz que *malandro é malandro, mané é mané*. E se tem um Governo que é malandro é o Governo do PT, Deputado Artagão, tão malandro que conseguiu ser descondenado, o Governo mais corrupto da história do nosso Brasil – e olha que infelizmente o Brasil tem uma história rica no que diz respeito à corrupção. O Governo do PT conseguiu ser descondenado, estão conseguindo condenar aqueles que lhes condenaram e agora o Deputado Arilson, achando que está sob a égide do Governo PT, quer tratar o nosso Governo como devemos tratar o Governo do PT. Vossa Excelência trouxe pontos factuais sobre a Copel. A Copel é uma grande empresa que está na Bolsa de Valores. Este processo que vivemos da Copel está sendo analisado, julgado e trabalhado por diversos grandes órgãos do nosso Brasil e não só do Estado do Paraná e até o momento não tivemos um apontamento sequer de qualquer irregularidade. Agora, o Deputado Arilson, já há algumas semanas, tenta trazer uma narrativa para a Copel, tenta puxar a Copel para essa narrativa. Já colocamos ponto a ponto, muito bem colocado pelo nosso Líder, Deputado Hussein, mas a Oposição não quer ouvir e fica a cada Sessão trazendo, requeitando fatos como se fatos novos fossem. Então, quero usar este aparte para parabenizar o seu posicionamento e dizer da convicção absoluta que temos de que a Copel está sendo, sim, muito bem conduzida pelo nosso Presidente Daniel e pelo nosso Governador Ratinho Júnior.

DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR (PSD): Obrigado, Deputado Gugu. Não tenho dúvida, não tenho dúvida de que este debate terá continuidade, não tenho dúvida

de que as versões e os textos fora dos contextos continuarão sendo pretextos para discursos políticos e eleitorais. Não tenho dúvida de que cada um aqui tem o seu posicionamento político e ideológico e isso é salutar, isso é importante e isso é democrático, mas temos que ter responsabilidade, temos que ter bom senso, porque um processo como este não é um processo simples e não pode ser tratado de forma irresponsável. Uma empresa do porte da Copel, com a quantidade de funcionários, com a quantidade de empresas parceiras, com o tamanho do negócio que estamos falando e debatendo não pode ser alcançada por informações que não estão fundamentadas naquilo que é real, naquilo que é demonstrado no processo como um todo, não em textos separados e pinçados para fazer discursos. O Governo Ratinho Junior é um Governo sério, por isso foi reeleito da forma que foi, com uma votação expressiva da absoluta maioria dos paranaenses, que demonstram a confiança que têm no nosso líder maior do Estado do Paraná, Governador Ratinho Junior. E é sob essa égide, é sob essa linha, é com esta conduta que está sendo conduzido também o processo da venda da Copel. Ali não encontramos, nem a Assembleia, tampouco os órgãos de controle, os órgãos... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício – CDN): Vossa excelência tem mais um minuto para concluir, Deputado Artagão.

DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR (PSD): ... qualquer tipo de irregularidade. E, como aqui foi dito, poderemos ainda demonstrar e esclarecer toda e qualquer dúvida que possa ser levantada, mas volto a afirmar que um texto fora do contexto vira um pretexto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício – CDN): Vamos agora ao horário da Liderança da Oposição. Deputado Requião Filho, V.Ex.^a tem a palavra.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Tão bonitas as palavras do Artagão, pena que tem condenação e é irrecorrível no caso da Copel! Não é pretexto, não é fora de contexto, é a realidade. Mas, vamos lá! Uma curiosidade, Sr.^s Deputados, Presidente em exercício, uma curiosidade antes de começar o meu discurso.

Ontem o Líder Hussein falou que iria responder hoje as colocações que colocamos e a minha equipe se debruçou um pouquinho mais sobre o envolvimento de Henrique Moreira na prova prática da licitação e descobrimos o envolvimento direto de Henrique Moreira na prova prática da licitação da loteria do Rio de Janeiro. Ele entrou no Governo com grande experiência, só não tinha *compliance* no Governo, que é uma palavra bonita, só não aplicamos! O edital para a licitação foi objeto de análise, o que falamos ontem, da 4.^a Inspeção do Tribunal de Contas e quero ler para os senhores alguns trechos e vamos torcer para que não caia a transmissão hoje quando estou fazendo denúncias contra o Governo. Porque tenho um azar absurdo aqui na Casa, quando faço denúncias do Governo, cai no *Facebook*, dá problemas no *Youtube*! Na época em que era Líder da Oposição, no meu primeiro mandato, caía *TV Assembleia*. É uma coisa horrível o que acontece! Mas, vamos lá aos trechos do Tribunal de Contas do Estado. “Por se tratar de um mercado novo, com poucas licitações realizadas, é difícil cravar com exatidão o número de empresas que participarão do certame. Caso o edital mantenha as características e exigências que contem atualmente, será endereçável a um mercado muito, mas muito reduzido. No Rio de Janeiro,” – voltando ao Rio de Janeiro – “apenas uma empresa conseguiu disputar o certame. A empresa teve como representantes os dois sócios da Empresa Pay Brokers, que no Paraná ganharam o edital. Como o edital no Paraná contém uma maior quantidade de termos e exige requisitos de qualificação técnica mais restritivos em relação ao do Rio de Janeiro, é bastante razoável pensar que a competitividade seja ainda mais reduzida. A exigência de que a empresa tenha pelo menos um ano de experiência em mercados regulares limita as opções a poucas empresas e isso ocorre porque esse tipo de mercado é limitado, tanto no Brasil, quanto em outros países. No Paraná, a equipe não conseguiu coletar orçamentos completos para os serviços que queriam contratar. No Paraná, a equipe não conseguiu coletar orçamentos completos para os serviços que queriam contratar. De três empresas consideradas, duas delas não trabalham com sistemas de gestão.” Não trabalham com o foco, com o objetivo do certame. “O Estado do Paraná...” – E esta frase não é minha, é do Tribunal de Contas. “O Estado do Paraná aparenta ter criado um

nicho de mercado mais restrito. A empresa que tivesse a melhor proposta precisaria passar por um teste prático, 10 dias após o resultado. Embora eles peçam uma amostra do produto, na verdade exigiam um produto já pronto, para funcionar de acordo com as necessidades específicas da Lotepar, cumprindo mais de 90% das exigências.” Essa licitação não é direcionada, é feita por alfaia, porque veste a Pay Brokers perfeitamente. “Várias das exigências são bastante específicas e exigem a customização do produto. Assim, as empresas que prestem serviço fora do país ou fora do Paraná terão que adaptar o seu produto para apresentar especificamente às regiões do Paraná. O prazo de 10 dias para que a empresa apresente todos os itens constantes do edital é desarrazoado, seja pelo nível de detalhes que demandam customização, seja por existirem determinadas exigências que podem restringir a competitividade.” Isso é o Tribunal de Contas da União, na sua área técnica. Não tem política, não está fora de contexto, não é pretexto, é realidade, é fato. “Da forma como descrito o edital, somente a única ou as poucas empresas que já tenham o produto desejado praticamente pronto e acabado para o Estado do Paraná poderão participar da licitação.” Lembro aos Senhores que dentro da Secretaria responsável pela lei, pelo grupo de estudos está o sócio da empresa que ganhou a licitação. “É ilegal exigir *software* adaptado para as características do Paraná em momento anterior à própria contratação. Este não é um produto simples ou barato, que levaria pouco tempo para ser feito. Isso fica evidente pelo custo estimado de R\$ 167 milhões, em 20 anos. É impossível pedir que o *software* esteja pronto para funcionar de acordo com as necessidades da Lotepar em apenas 10 dias.” É impossível pedir que um *software* esteja pronto para funcionar de acordo com as necessidades da Lotepar em apenas 10 dias. “O fato de determinada empresa ter *software* com especificações muito próximas ao edital provavelmente ocorrerá por duas das seguintes hipóteses,” dizem os técnicos do Tribunal de Contas: “sorte ou direcionamento licitatório.” O fato de existir um *software* tão específico para essa licitação ou é muita sorte, ou é direcionamento licitatório. “Temos também inúmeras deficiências na fase interna da licitação. A cotação de preços realizada desrespeita o disposto em consulta desta Corte de Contas. Apesar de

questionados a respeito, os gestores mantiveram o posicionamento e ignoraram o acordo do Plenário. A lei e jurisprudência exigem cotação real dos preços de mercado, o que não aconteceu. Não é recomendável que a administração retroalimente seu banco de dados de preços com contratos firmados em licitações pouco competitivas, como a licitação do Rio de Janeiro, a qual espelhou, direcionou e teve o mesmo ganhador aqui no Paraná. O desenho do sistema de *software* foi realizado antes mesmo de ser finalizado o estudo de concessão de loterias.” O desenho do sistema de *software* foi realizado, antes mesmo de ser finalizado o estudo da concessão de loterias. Em outras palavras, estão licitando o sistema gerencial sem ter a definição mínima daquilo que será gerenciado. Não é o Deputado Requião Filho quem está falando, é a área técnica do Tribunal de Contas do Estado. “Não se compreende”, dizem os técnicos, “o motivo pelo qual a Seap está realizando a presente licitação em regime de urgência.” Tecnicamente não se compreende, no mundo real temos uma ideia. “O termo de referência é um dos primeiros documentos no processo e teve poucas ou nenhuma alteração desde o início. Não dá para saber se foi discutido em outro processo. O processo pode estar incompleto, ou as propostas podem ter sido feitas por alguém sem uma análise adequada. Isso é preocupante, porque há problemas nas especificações que limitam a competição.” Não é o Requião Filho que está falando do direcionamento da licitação, é a área técnica do Tribunal de Contas. “Duração contratual incompatível com a natureza da contratação.” Aqueles 20 anos que tiraram de uma cartola. “A Lotepar não apresentou as estimativas dos custos da operação do sistema. Logo, se a autarquia não dispõe dessas informações, é inconsistente a conclusão de que será necessário um contato de 20 anos para amortizar os investimentos.” Eles não sabem quanto vai custar o sistema e preveem 20 anos, R\$ 167 milhões como? Quem questiona é a área técnica do Tribunal de Contas. Não tem política aqui, não tem interpretação, temos fatos. “Não há razão para se contratar o sistema de gerenciamento do sistema lotérico antes de definir o sistema lotérico em si, ainda mais em regime de urgência.” Não há razão para se... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Requião, um minuto para concluir.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Aquela leniência que nós temos com os Líderes de vez em quando, Presidente; vou precisar de um pouquinho mais de um minuto, mas é rapidinho.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vou lhe conceder.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): “Não há razão para contratar o sistema de gerenciamento do sistema lotérico antes de definir o sistema lotérico em si.” Assim diz o Tribunal de Contas. E assinam o documento: Filipe Flesch, Julio Pepicelli Junior e Fernando Matias, da Gerência de Fiscalização; Denis Florentino e Marcelo Rasera, da Auditoria de Controle Externo; e José de Andrade, da Coordenadoria de Fiscalização. Ontem nós trouxemos a denúncia e os erros políticos do edital, hoje eu trouxe os fatos e o relatório do Tribunal de Contas sobre o edital da Lottopar. Era isso, Sr. Presidente. Trabalhando com fatos, não versões.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Requião, V.Ex.^a sabe do apreço que tenho por V.Ex.^a. Apenas gostaria de fazer aqui uma justificativa. Ontem V.Ex.^a - não tinha conhecimento - reclamou, e foi com o Deputado Alexandre, em relação à questão do *Facebook*. Ocorre que não temos o domínio do *Facebook*, na sessão de segunda-feira inclusive o *Facebook* deixou de transmitir na metade da sessão e ontem, lamentavelmente, é verdade, no momento da sua fala, o *Facebook* também acabou saindo do ar, mas o *Youtube* e a TV transmitiram totalmente a sua fala de ontem. Apenas acho que é importante justificar, para não ficar nenhuma dúvida em relação.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Inclusive foi colocado no ar depois na íntegra.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ok.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Sem nenhum problema.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença aqui do Vereador de Caloré, Sr. Jô, por solicitação do Deputado Soldado Adriano. E anuncio o último orador, Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente. Olhem para mim aqui, por favor. Sempre tive um respeito grande por todos os colegas, Partidos, Oposição, o PT. O nosso partido tem três Ministros! Segunda-feira o nosso Líder vai estar aqui, o Líder do Partido na Câmara vai estar aqui e ele precisa saber o que está acontecendo no Paraná, a falta de respeito do PT com o nosso partido. Porque é uma falta de respeito! Até ontem estávamos relevando. Associar ao nosso Governo ou parte dele a musiquinhas, *playlist*. Se eu for falar de *playlist*: *E se gritar pega ladrão*. Meu Deus do céu! *E se gritar pega ladrão, não fica um meu irmão*. Agora tem: *É da quadrilha ie, ie*. O que fica por aí? Meu Deus do céu, não venham falar de *playlist*! O partido mais corrupto da história deste País. Parem de nos provocar; parem, chega. Se formos falar de dinheiro no armário, vocês querem falar? Na semana que vem vamos falar. Vamos convocar a empregada aqui para contar quanto que tinha de dinheiro de armário. Vocês querem? O *pau vai torar aqui na casa da moca*. Não tem. Chega! Quero respeito. A partir de agora acabou. Eu, os dois Vice-Líderes que estão aqui, os componentes do nosso partido. Podem fazer denúncia, mas quero respeito. Chega! Chega. Nós queremos respeito. Podem fazer as denúncias que vocês quiserem, agora *playlist*! Vá para o inferno com *playlist*. Falo o que quiser. E tem mais uma aqui, *É Tudo Pose*, do Lobão. Conhecem? *É tudo pose, é tudo pose. Preocupado com os olhares do redor, tudo vira pose. Para tirar um sarro, cada um na sua, inventando pose*. Vou até amanhã! Então é o seguinte, ou paramos com isso, faz a denúncia, ou vamos continuar aqui a fazer a nossa defesa do Governo íntegro, sério do Governador Ratinho Junior. É isso. *Ah, porque eu só estou batendo na Copel*. Batam em quem vocês quiserem, vamos ter resposta para tudo. Para cada ameaça de convite de convocação, vamos convocar um de vocês também. A partir de agora, está ditada a regra. Será assim e assim vai ser! Senhor Presidente, vou responder aqui... Ah,

tem mais viu! Dá para falar do Porto. Vocês lembram da soja, que não me lembro qual bicho que comeu a soja. Mas comeu! Vamos lembrar. Pombo, não é? Falaram-me que é pombo. Onde é que está aqui a Lottopar. Repito: Denúncia importante ajuda. Agora, respeito é bom e nós gostamos. Está aqui a resposta; se vai agradar ou não vai, não sei. A Lottopar, ela já existiu entre 95 e 2007. O novo modelo se baseia em edital completo, com estudo técnico preliminar, análise de mercado e busca de boas práticas internacionais. Ele seguiu rigorosamente a nova lei federal de licitações, com uma série de mecanismos para coibir práticas irregulares. A licitação é uma das maiores, e a vencedora foi a indiana Skillrock. Esse modelo vem sendo copiado inclusive por outras unidades da Federação. Aí que me salta aos olhos! Não sei se... se não for verdade também, posso ser enganado. É que os técnicos do tribunal pediram a invalidação e o Conselheiro Mauricio Requião negou. Acho ele um profissional sério, competente, técnico, quando eu era Prefeito ele era Secretário de Educação, tenho um profundo respeito por ele e vejam a incongruência, ele negou, disse que o processo estava certo. Essa é a informação que tenho. Se eu estiver errado, vou corrigir aqui. Portanto, não tem nada que não seja correto. O funcionário, prestem atenção, o Henrique estava na Seap entre setembro de 2020 e novembro de 2021, ele não participou do grupo de trabalho, ele atuava no Departamento de Operações e Serviços, tendo como atribuições a Coordenação de Atividades do Núcleo Administrativo Setoriais, que tem a ver com as contratações públicas. Bom, está respondido! Se vai satisfazer ou não vai, fica ao encargo de cada um. Senhor Presidente, quero voltar, só finalizar, dizer que o nosso partido, o PSD, repito, é um Partido que tem... Olha, tem aqui uma outra resposta que me chega da Copel. O BTG não é credor da Copel. Está aqui! Se estiver errado, vocês fazem o que acharem melhor. Em relação às contratações de escritórios de assessoria jurídica, foram feitas nos termos da lei e fiscalizadas pelo Tribunal de Contas. Sobre o filho da Conselheira, ela era indicada pelo BNDS e nesse momento, pasmem vocês, sabem onde ele trabalha? No Ministério da Fazenda, que é comandado pelo Haddad. Isso não é nenhum pecado! Só estou explicando. Existem quatro pareceres que tratam da previsão, todos convergindo sobre o mesmo valor, 629

milhões. Está no balanço. Está aqui a resposta da Copel. Inclusive um deles... Não sei falar esta palavra aqui. Peço perdão. A Stocche Forbes. É isso! Vocês que são mais conhecidos do mundo econômico. Classifica do provável para o possível. Os expedientes que chegaram à Copel foram respondidos com dados públicos, faltando um apenas. Um! Que será respondido hoje. Está aqui o meu respeito à resposta de vocês. Só não posso aceitar e não vou aceitar, perdoe-me, fatos como esse de *playlist*, de não sei o quê. É o meu jeito! Querem ficar bravos comigo, fiquem. Não vou aceitar! Façam o trabalho de vocês, a Oposição; agora, não posso aceitar. E cada vez que estiver neste nível, vai ser respondido deste nível aqui desta tribuna. E só para finalizar, na segunda-feira nosso Líder estará aqui e teremos uma reunião com os nossos Deputados da base e vamos retratar este momento que estamos vivendo. O Governo Lula não está... Uns vão dar risadas, não é, Requião? Vão achar que não temos essa força. Não sei se temos! Mas vamos retratar, como vocês fazem com o Haddad, para eles lá. Vamos contar para o nosso Líder a maneira como estamos sendo tratados no Paraná. Vamos contar. Vamos contar, porque o Governo Lula não está com essa condição aí de ganhar as votações no Congresso, não. Vocês estão vendo como que está lá na Câmara dos Deputados. Vocês estão assistindo como está. Acho que eles tinham é que *varrer para dentro*. Quem sou eu para dar conselho! Tinha que varrer para dentro, dizer: *Vem cá, vamos conversar, vamos trabalhar, vamos construir o futuro*. Esse era o tratamento que eu imaginava para o Paraná e para o Governo Ratinho Júnior, não este tratamento que está sendo dado agora.

Deputado Doutor Antenor (PT): Concede um aparte, Deputado?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Já terminou o meu horário.

Deputado Doutor Antenor (PT): É uma pena.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): É uma pena.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença do Vereador Adam, do município de Centenário do Sul, por solicitação do Deputado

Adriano José; dos Vereadores de Kaloré, Moacir Fuzetti Segundo e Marcos Roberto Sanches Júnior, também por solicitação do Deputado Soldado Adriano José.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: *Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Douglas Fabrício (CDN), Doutor Antenor (PT), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Márcia Huçulak (PSD), Maria Victória (PP), Marli Paulino (SD), Matheus Vermelho (UNIÃO); Moacyr Fadel (PSD), Nelson Justus (UNIÃO), Ney Leprevost (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichembach (PSD), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Samuel Dantas (SD), Soldado Adriano José (PP), e Thiago Buhner (UNIÃO) (41 Parlamentares);*

Deputados ausentes com justificativa: *Denian Couto (PODE), conforme art. 97 § 4.º Regimento Interno; Do Carmo (UNIÃO), conforme art. 97 inc. IV do § 3.º do Regimento Interno; Delegado Jacovós (PL), conforme art. 104 § 1.º do Regimento Interno e Marcel Micheletto (PL), conforme art. 97 inc. II do § 3.º do Regimento Interno (4 Parlamentares);*

Deputados ausentes sem justificativa: *Alexandre Amaro (REP), Ana Júlia (PT), Cobra Repórter (PSD), Goura (PDT), Evandro*

Araújo (PSD), Marcio Pacheco (REP), Paulo Gomes (PP), Tercílio Turini (PSD), e Tiago Amaral (PSD) (9 Parlamentares).]

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 515/2023**, do Deputado Marcio Pacheco, que concede o título de utilidade pública ao Centro de Ação Social do Nazareno, com sede no município de Curitiba; **Autuado sob o n.º 516/2023**, do Deputado Ademar Traiano, que concede o título de Capital do Brinquedo ao município de Flórida; **Autuado sob o n.º 517/2023**, do Deputado Hussein Bakri, que denomina Prefeito João Cioni Netto os viadutos contíguos localizados na Rodovia PR-323, conforme especifica.

Projeto de Resolução: (Com apoioamento e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 6/2023**, da Comissão Executiva, que regulamenta a licença de Deputado em razão de nascimento de filho ou adoção, conforme previsto no §7.º do art.º 60 da Constituição do Estado do Paraná.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Há uma **PEC (Autuada sob o n.º 2/2023)** sobre a mesa de iniciativa da Deputada Luciana Rafagnin, devidamente apoiada. **Determino que se publique no Diário Oficial da Assembleia.**

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 – Redação final do Projeto de Lei n.º 234/2023, de autoria dos Deputados Ney Leprevost e Delegado Jacovós, que institui a semana estadual da maternidade e paternidade atípica e dá outras providências. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

ITEM 2 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 340/2021, de autoria da Deputada Cristina Silvestri e do Deputado Michele Caputo, que regulamenta a emissão e a utilização do laudo médico pericial que atesta deficiências de caráter permanente. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Saúde Pública e Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Pessoa com Deficiência. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O Projeto é bom. Voto "*sim*".

DEPUTADO ADÃO LITRO (PSD): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): *Pela ordem*, Deputado Adão.

DEPUTADO ADÃO LITRO (PSD): Gostaria de convidar e lembrar a todos os membros da Comissão de Defesa do Consumidor para participarem da 2.^a Reunião Ordinária, que será realizada logo após a Sessão Plenária de hoje, na sala Arnaldo Busato. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputado Delegado Tito, Doutor Antenor, Romanelli, Ney Leprevost, Renato Freitas, Requião e Ricardo Arruda. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Thiago Buhner (37 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Ana Julia Ribeiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Denian Couto, Do Carmo, Evandro Araújo, Goura, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Requião Filho,*

Samuel Dantas, Tercílio Turini e Tiago Amaral (17 Deputados).] Com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 340/2021.**

ITEM 3 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 290/2022, de autoria dos Deputados Rodrigo Estacho e Professor Lemos, que institui a política estadual de desenvolvimento e reconhecimento do humor como instrumento para promoção de políticas públicas intersetoriais. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Cultura. Substitutivo geral da CCJ. Vamos apreciar neste turno o substitutivo geral. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O substitutivo aprimorou o Projeto, Presidente. O voto é "*sim*".

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José e Thiago Buhner (35 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Ana Julia Ribeiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Denian Couto, Do Carmo, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Goura, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Renato Freitas, Requião Filho, Tercílio Turini e Tiago Amaral (19 Deputados).]* Com 35 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Substitutivo Geral.**

Os Itens 4 a 7 faremos votação agrupada, por serem matérias idênticas.

ITEM 4 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 645/2021, de autoria do Deputado Hussein Bakri e da Deputada Mabel Canto, que denomina Luiz Carlos Sebastião o

viaduto na BR-373, km 173, no município de Ponta Grossa. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 5 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 652/2021, de autoria do Deputado Hussein Bakri e da Deputada Mabel Canto, que denomina Elton Cunha Doná o viaduto interseção I-60, localizado na BR-376, acesso ao contorno leste de Ponta Grossa, no município de Ponta Grossa. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 6 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 752/2021, de autoria do Deputado Tiago Amaral, que denomina Armando Santos de Almeida o viaduto situado na BR-376, km 292, no município de Mauá da Serra. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 7 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 170/2023, de autoria do Deputado Tiago Amaral, que denomina Professora Neuza Galbiatti o viaduto localizado no município de Alto Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O voto é "*sim*".

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença aqui na Casa da Secretária da Mulher de Paranaguá, Vandecy Dutra, por solicitação da Deputada Cristina Silvestri. Seja bem-vinda.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, quero repetir o pedido "*sim*". É um Projeto junto com a Deputada Mabel, pela importância que essas figuras têm na vida dos Campos Gerais. Que cada um pudesse comparecer com seu voto.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Presidente, também quero, de acordo com as palavras do Deputado Hussein, enaltecer o Sr. Elton Donah e também o Luiz Carlos Sebastião, que era cartorário em Ponta Grossa, foi Vereador, tem uma

contribuição muito expressiva para a nossa cidade e, pessoalmente falando, com a nossa família. Quando meu pai chegou a Ponta Grossa, lá em 1991, 1992, foi ele quem acolheu meu pai. Juntos fizeram o programa de rádio *Rancho do Sebastião*. Enfim, uma história realmente de laços de amizade muito profundos com a nossa família. Acho que esta homenagem é extremamente merecida.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Moacyr Fadel, seu voto.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): *Pela ordem*, Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Enquanto os votos são colhidos. Só queria fazer um apelo, que o DER-PR, muito embora seja uma rodovia federal, pudesse implantar as placas de sinalização em relação às homenagens, porque a mim me parece que é seletivo. Eu mesmo fiz indicação na BR-369 de três personalidades e até hoje as placas não foram instaladas; em outras rodovias federais, com outros interesses, elas foram instaladas. Então, acho que é necessário que houvesse, Líder do Governo, que houvesse, de forma absolutamente saudável, respeito em relação a todos os projetos que são aprovados por esta Casa, com a implantação das placas de sinalização.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Muito bem lembrado, Deputado Romanelli. É uma verdade. Até porque temos um contorno lá em Francisco Beltrão que leva o nome do meu pai e também demorou muito tempo para que as placas fossem colocadas. Acho que isso é justo. São pessoas que tiveram representatividade, têm uma história. Portanto, o Líder do Governo que se encarregue...

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, queria uma cópias das leis, se puder, o setor competente da Casa. Vou fazer isso com muita rapidez.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não. Faremos isso hoje, Deputado. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José e Thiago Buhner (37 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Ana Julia Ribeiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Denian Couto, Do Carmo, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Goura, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Tercílio Turini e Tiago Amaral (17 Deputados).] Com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados todos os Projetos.**

ITEM 8 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 178/2023, de autoria do Deputado Nelson Justus, que denomina escoteiro Luis Silva Albuquerque o trecho da rodovia engenheiro Ângelo Lopes, localizado entre a divisa dos municípios de Campo Magro e de Campo Largo, até o km 65 da PR-90. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto "sim".

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Senhores Deputados, por favor, vamos votar. O quórum está baixo.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pela ordem, Deputada Luciana Rafagnin.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Enquanto aguardamos as votações, só quero agradecer a todos os Parlamentares que assinaram a PEC que acabamos de protocolar na Casa. Agradecer. Tenho certeza de que é uma PEC muito importante, é um avanço na questão da participação das mulheres nos Poderes, de uma maneira especial falando aqui nas vagas que a Assembleia destina ao Tribunal de Contas, que são quatro indicações desta Casa e que, a partir, claro, da aprovação da PEC, ainda tem todo o trâmite, mas a partir da aprovação estará respeitando a paridade. Então, das vagas indicadas, será respeitada a indicação de um homem e de uma mulher. Só para reforçar aqui que nesses 76 anos de Tribunal de Contas nunca tivemos uma mulher no Conselho. Agradeço a todos os Deputados e Deputadas que assinaram a PEC e, claro, desde já pedimos muito o apoio de todos os Parlamentares desta Casa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José e Thiago Buhner (36 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Ana Julia Ribeiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Denian Couto, Do Carmo, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Goura, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Renato Freitas, Tercílio Turini e Tiago Amaral (18 Deputados).]* Com 36 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 178/2023.**

ITEM 9 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 408/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 73/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Jaguariaiva, do imóvel que especifica. Pareceres

favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José e Thiago Buhner (35 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Ana Julia Ribeiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Denian Couto, Do Carmo, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Renato Freitas, Tercílio Turini e Tiago Amaral (19 Deputados).] Com 35 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 408/2023.**

ITEM 10 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 409/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 74/2023, que autoriza o Poder Executivo efetuar a desafetação de segmentos rodoviários que especifica e a transferência desses ao município de Mallet. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina

Silvestri, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas e Thiago Buhner (34 Deputados); **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Ana Julia Ribeiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Denian Couto, Do Carmo, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Goura, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Tiago Amaral (20 Deputados).]* Com 34 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 409/2023.**

REQUERIMENTOS.

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 1361/2023, do Deputado Fábio Oliveira, solicitando o envio de expediente ao Chefe da Casa Civil, Sr. João Carlos Ortega, requerendo informações e providências, conforme especifica; **Requerimento n.º 1362/2023**, do Deputado Ricardo Arruda, solicitando o registro de menção honrosa ao Sr. Joel de Oliveira, pelo ato heróico na contenção do atirador do Colégio Estadual Professora Helena Kolody, em Cambé; **Requerimento n.º 1363/2023**, da Deputada Mabel Canto, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa à Sr.^a Margarita Pericás Sansone, por receber o Prêmio Rosy de Macedo Pinheiro Lima, conferido pela Bancada Feminina; **Requerimento n.º 1364/2023**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de votos de louvor ao Sr. Joel de Oliveira, por ato de heroísmo, bravura e coragem, que conseguiu render e prender o criminoso que matou dois adolescentes na Escola Estadual Helena Kolody, no dia 19 de junho de 2023, no município de Cambé; **Requerimento n.º 1365/2023**, do Deputado Goura,

solicitando o envio de expediente aos Sr.^s Secretário Estaduais de Estado das Secretarias da Agricultura e Abastecimento, do Turismo e do Desenvolvimento Sustentável, requerendo manifestação quanto ao inteiro teor do Projeto de Lei n.º 138/2021, que dispõe sobre o Turismo de Base Comunitária e dá outras providências; **Requerimento n.º 1366/2023**, do Deputado Goura, solicitando o envio de expediente à Sr.^a Secretária da Secretaria da Mulher e Igualdade Racial do Estado do Paraná, requerendo fiscalização de maternidades, casas de parto e estabelecimentos hospitalares congêneres da rede pública e privada do Estado no tocante à permissão da presença de doulas, conforme dispõe a Lei Estadual n.º 21.053/2022.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o inciso I do art. 104 do Regimento Interno (em razão de tratamento de saúde): **Requerimento n.º 1367/2023**, do Deputado Delegado Jacovós, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 5, 6, 7, 12, 13, 14, 19, 20 e 21 de junho de 2023.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, IV do Regimento Interno (Deputado que, por indicação do Presidente, estiver representando a Assembleia): **Requerimento n.º 1368/2023**, do Deputado Marcel Micheletto, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 21 de junho de 2023.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, II do Regimento Interno (em decorrência de viagem para acompanhar o Governador do Estado): **Requerimento n.º 1369/2023**, do Deputado Marcel Micheletto, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 20 de junho de 2023.

Deferidos conforme o art. 97, § 3.º, VI do Regimento Interno (em decorrência de impedimento de locomoção no trajeto até a sede do Poder Legislativo ou ao local onde ocorrer a sessão plenária, ocasionando por caso fortuito ou força maior devidamente comprovados): **Requerimento n.º 1370/2023**, do Deputado Marcel Micheletto, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 12 de

junho de 2023; **Requerimento n.º 1371/2023**, do Deputado Marcel Micheletto, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 13 de junho de 2023.

Deferido conforme o art. 97, § 4.º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 1372/2023**, do Deputado Denian Couto, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 21 de junho de 2023.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, no horário regimental, com a seguinte **Ordem do Dia:** Redação Final dos Projetos de Leis n.ºs 628/2017, 340/2021, 57/2023 e 98/2023; 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 290/2022; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 645/2021, 652/2021, 752/2021, 170/2023, 178/2023, 408/2023 e 409/2023; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 420/2022, 459/2023.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 11h17, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)